

DOCUMENTOS AMEAÇADOS: UMA EXPERIÊNCIA DE DIGITALIZAÇÃO DE FONTES MANUSCRITAS PARA O ESTUDO DA POPULAÇÃO NEGRA EM ARQUIVOS DA PARAÍBA.¹

Anicleide de Sousa
Graduanda em História/UFPB

INTRODUÇÃO

O Projeto EAP 627: *Documentos Ameaçados: digitalização de fontes secular e eclesiástica do século XVII ao XIX, em arquivos de São João do Cariri e João Pessoa*, desenvolvido pela Universidade Federal da Paraíba, vincula-se a um projeto maior gerenciado pela Biblioteca Britânica (Inglaterra), intitulado *Programa de Arquivos Ameaçados*, tem como um de seus objetivos salvaguardar documentos históricos, por meio de sua digitalização e acondicionamento dos documentos originais em local apropriado, visando garantir sua preservação e acesso amplo, aos pesquisadores que se interessarem pela pesquisa. A Biblioteca apoia financeiramente projetos de digitalização em alguns países e os disponibiliza *on-line*. As coleções atuais incluem histórias orais, revistas eletrônicas publicadas localmente, arquivos digitais fotográficos, teses e dissertações eletrônicas. Por sua vez, cabe à Universidade de Vanderbilt coordenar a execução do referidos projetos financiados pela Biblioteca Britânica. Nesse sentido, foi

¹ Este trabalho foi apresentado no V Seminário Nacional de Estudos Culturais Afro-brasileiros e III Semana Afro-paraibana, promovido pelo PPGL, PPGH, NEABI-UFPB, realizado nos dias 4 a 6 de novembro de 2014, na UFPB, Campus I.

criado o projeto *Arquivo Digital da Sociedade Escravista para Fontes Seculares e Eclesiásticas* (SEFSE), administrado pela *Biblioteca de Vanderbilt*, portanto da mesma instituição educacional, que por sua vez criou, há nove anos, o *Arquivo Digital ESSSS*, que conta atualmente com o número de 200.000 imagens, composto por cerca de um milhão de registros de indivíduos africanos e afrodescendentes do Brasil, Cuba e Colômbia.

É autorizada, em todo o território nacional, a microfilmagem de documentos particulares e oficiais arquivados, sejam de órgãos federais estaduais ou municipais. Entende-se por microfilme, o resultado do



Digitalização em São João do Cariri. (Arquivo do Projeto EAP627). Imagem 1.

processo de reprodução em filme, por meios fotográficos ou eletrônicos. Essas cópias fotográficas obtidas através da microfilmagem, ou, no nosso caso, da fotografia, têm os mesmos efeitos legais dos documentos originais em juízo ou fora dele (Imagem 1). De acordo com a Carta de Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital, considera-se que toda informação arquivística produzida, recebida, utilizada e conservada em sistemas informatizados constitui o que chamamos de Patrimônio Arquivístico Digital.

O referido Projeto “EAP 627, financiado pela Biblioteca Britânica, é desenvolvido em conjunto pelos Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras e

Indígenas (NEABI) e o Núcleo e Documentação e Informação Histórica e Regional (NDIHR), ambos da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que têm como proposta digitalizar os mais antigos documentos históricos, no estado da Paraíba/Brasil. Os documentos são provenientes do sertão e da capital litorânea. A documentação data de meados do século XVII ao final do XIX, tendo como meta contribuir com a produção de cerca de 100 mil imagens para o Arquivo Digital mantido pela Universidade Vanderbilt. Essa documentação é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas sobre a temática da escravidão, dos



Documentação do Arquivo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres. (Arquivo do Projeto EAP627). Imagem 2

africanos escravizados, das populações indígenas, da miscigenação e distribuição de terras no Nordeste brasileiro, entre outros. Além do que, com a digitalização dessa documentação, estaremos contribuindo para a constituição do Patrimônio Arquivístico Digital paraibano.

O Projeto EAP 627 vem sendo desenvolvido em três arquivos na Paraíba: o **Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/Fundação Espaço Cultural**, tendo sido selecionados 133 volumes manuscritos de Registros de Sesmarias, Registros de Terras, Cartas Patentes, Atos do Governo, Chefia de Polícia, entre outros, que correspondem ao período de 1704-1888; o **Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba**, cuja documentação selecionada, dentre outros, destacamos as Ordens Régias, Correspondência de Governo, Justiça, Emancipação de Escravos, Rendas e Transporte, Livros de Notas, Legislação Provincial e Constituição Estadual, e o **Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres**, localizada em São João do Cariri, com o acervo de 54 volumes, dentre eles, livros de batismos, casamentos e obituários.

Neste trabalho, buscamos apresentar como ocorre o desenvolvimento do trabalho de digitalização no Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, sendo que antes, expusemos, brevemente, alguns aspectos históricos de São João do Cariri. Também mostramos resultados alcançados em um ano de trabalho. Como dito anteriormente, o acervo da Paróquia conta com 54 volumes manuscritos, do período de 1752 a 1931, sendo 31 livros de batizados; 08 de casamentos; 05 de óbitos e 01 de crisma. Também encontramos documentos de finanças (2 volumes) e índice de filiação (4 livros). Essa documentação é guardada precariamente, estando uns documentos sobre os outros em um pequeno gabinete, em uma sala sem controle algum de temperatura, na qual os livros mais antigos são unidos em conjunto por uma corda elástica e em sacos plásticos. No nosso estudo, centramos o foco nos registros de assentamentos de batismos, casamentos e óbitos para o estudo da escravidão, neste caso da região do Cariri paraibano.

Para a cópia do material textual ou fotográfico, utilizamos a fotografia digital com a utilização de câmeras digitais com configurações específicas, requeridas pela Biblioteca Britânica, além de um tripé, tabela de cores e obturador de imagens, sendo fundamentais para o desenvolvimento do projeto a digitalização, a sistematização dos dados, criação de listas de metadados e disponibilização dos arquivos em *sites* especializados. O trabalho teve início em agosto de 2013, tendo sido concluído em agosto de 2014, em São João do Cariri, e continuado nos demais arquivos. Atualmente,

a digitalização está apenas em andamento no Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte/FUNESC.

O documento é tido comumente como a base para constituição do conhecimento histórico. Mas o que é um documento histórico? Segundo Leando Karnal e Flávia Galli Tatsch (2013), definir o que consideramos um documento histórico é, na verdade, estabelecer qual memória deve ser preservada pela História e qual o estatuto da própria História. A categoria documento define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca.

Essa visão de que o documento é basicamente fonte indispensável do trabalho do historiador dá a ideia de que povos sem documentos são povos sem história, o que não é verdade, pois atualmente, de forma consensual no campo da história, sabemos que história oral é uma metodologia importante para reconstituir períodos históricos. Contudo, vamos retomar a discussão acerca das fontes históricas. Segundo Karnal e Tatsch (2013), a visão apresentada anteriormente esconde a história do documento, como determinado grupo ou sociedade considera que aquela folha estivesse na categoria de um verdadeiro “documento histórico”. Entende-se que o documento é uma relação entre o próprio documento e o presente. Ou seja, o valor atribuído ao documento pela sociedade é o que o define como documento histórico.

O documento é, assim, tudo aquilo que determinado período e sociedade decidirem que é um documento. No entanto, existem algumas questões postas, por Karnal e Tatsch (2013), visto que um documento é dado como documento histórico em função de determinada visão de uma época, então o documento existe em relação ao meio que o conserva. E mesmo que se amplie o conceito de documento é importante lembrar que há fatores que tornam um documento mais importante que o outro.

Mas o que determina um documento ser mais importante que outro? Para o historiador, o documento adquire valor a partir do meio que o produziu e o que pode revelar dessa sociedade. Partindo claro, do seu recorte temporal, espacial e temático. De forma mais sintética, Karnal e Tatsch (2013) asseguram que:

O documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, analisado a partir do presente estabelecendo diálogo entre a subjetividade presente e subjetividade pretérita. Podemos supor que o grande limite da função do historiador seja o limite do documento. Dócil ao arbítrio absoluto, o documento é, igualmente, senhor de quem o quer submeter. Reafirmando seu senhorio dialético, criador/criatura, o documento, em si, torna-se uma personagem histórica, com a beleza da contradição e da imprevisibilidade, com as marcas do humano. (KARNAL; TATSCH, 2013, p.24).

Podemos inferir que documento histórico, além de variar ao longo do tempo, deve convergir para os interesses dos pesquisadores, do seu lugar social e sua identidade cultural, das suas inquietações. E como afirmam Eni de Mesquita e Ismênia Tupy (2007), o documento é, sem dúvida, uma referência fundamental concretizada em objetos que, ao garantirem veracidade ao conhecimento, diferenciam a narrativa histórica da ficção literária; no entanto, é necessária uma análise crítica por parte dos historiadores, e que também requer uma metodologia a ser adotada.

SÃO JOÃO DO CARIRI: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

São João do Cariri é um dos municípios mais antigos da Paraíba, localizado no semiárido, região do Cariri paraibano. Segundo a historiografia, no ano de 1699, a região passou por um processo de expulsão e extermínios de povos indígenas, como os cariris, e foi repovoada pelos colonizadores/portugueses. Fundou-se, então, o Sítio São João nas terras do sertão paraibano pelo Alferes Custódio Alves Martins. A Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres, então denominada em 1750, é uma das mais antigas da Capitania da Paraíba, seus limites geográficos eram: ao Norte com a Província do rio Grande do Norte e o município de Cuité; ao Sul, a Província de Pernambuco; ao Leste com os municípios de Cabaceiras e Campina Grande; e ao Oeste com os municípios Patos e Serra de Teixeira, conforme mostramos no Mapa da Paraíba do século XIX, no qual destacamos a localização de São João do Cariri. A principal base econômica da região eram a criação e o comércio de gado, a pecuária, e a agricultura com o plantio de feijão, milho, arroz e algodão (ALMEIDA, 1994 [1966]).

Com os avanços na área da Demografia Histórica e da História Social, novas pesquisas vêm sendo desenvolvidas sobre a temática da escravidão no Brasil. Segundo Hebe Castro (1997), a pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em relação a generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores. Um dos temas pesquisados foi sobre “família escrava” e a constatação da existência de relações familiares entre cativos brasileiros.

Mapa da Província da Paraíba do Norte – século XIX



Na Paraíba, não foi diferente, tivemos o desenvolvimento de algumas pesquisas, dentre elas, teses, dissertações e monografias. Trabalhos que buscam destacar as experiências dessa parcela da população, e estratégias de resistência empreendidas pela população negra, em uma sociedade escravista e hierarquizada. Trabalhos como os de Solange Pereira Rocha (2007), Luciano Mendonça de Lima (2008), Maria Vitória Lima (2010) e Eleonora Félix (2010), Solange Mousinho Alves (2011) e Matheus Silveira Guimarães (2013), Ana Paula Moraes (2011) e Wlissess de A. Abreu (2011) são alguns exemplos de autores que têm contribuído com a historiografia recente da escravidão na Paraíba.

Acerca do sertão paraibano, durante muito tempo, a historiografia clássica paraibana afirmou que na região do sertão, onde era desenvolvida atividade pecuarista, a existência de escravizados era insignificante, visto que as atividades eram desenvolvidas pelos indígenas (ALMEIDA, 1994[1966]). No entanto, com o avanço de novas pesquisas, a nova historiografia paraibana vem mostrando números contrários ao que a historiografia tradicional nos apresenta em relação à escravidão no sertão. Diana Soares Galliza (1979), ao tratar sobre o *Declínio da Escravidão na Paraíba*, nos apresenta dados importantes relacionados ao trabalho escravo na zona pecuária. Os dados apontam para um elevado número de escravizados exercendo atividades na área sertaneja. Segundo Galliza,

Contrariamente ao que a maioria dos historiadores tem afirmado, constatamos que o escravo negro foi peça importante na economia sertaneja. Engajou-se no trabalho produtivo da região, ora realizando obras que possibilitaram a expansão da atividade criatória, ora exercendo atividades

domésticas destinadas à sustentação ou consumo das fazendas. Constatamos ainda que houve o predomínio da descendência negra e não da índia na escravidão do sertão paraibano, na segunda metade do século XIX. (GALLIZA, 1979, p.102).

Mais recentemente, pesquisas históricas desenvolvidas em nível de pós-graduação, como a de Moraes (2011) e a de Abreu (2011), mostram a o cotidiano da vida escrava no sertão paraibano, destacando suas ações de resistência. Moraes (2011) aborda a história dos escravizados na região do Rio Piranhas, apresentando as estratégias de liberdade empreendidas pelos escravizados de tal região, no período colonial, observando que:

[...] os escravos do sertão das Ribeiras do rio Piranhas na primeira metade do século XVIII mantinham sua identidade e utilizavam de sua liberdade de ação que o meio espacial e cultural lhes permitia, para atingirem seu objetivo: a liberdade. Eram atores importantes e não coadjuvantes, da história social e cultural no sertão, capazes de transformar, na medida do possível, suas possibilidades de futuro e, especialmente, de seus descendentes (MORAES, 2011, p. 120).

Nessa mesma perspectiva de apresentar vivências desses personagens no espaço sertanejo, temos o trabalho de Abreu (2011) que expõe a relação entre senhores e escravos, no tocante à violência que permeava o cativo e as iniciativas de resistência, por parte dos escravizados, em contraponto a essa violência. Concluindo que,

[...] os escravos se posicionavam em meio à violência do cativo, organizando meios de resistência, sendo a justiça a instância mediadora na resolução de conflitos. Ao longo de nossa análise, percebemos como os escravos foram de forma gradativa ampliando os seus limites de atuação e construindo sociabilidades que, em determinados momentos - principalmente os de tensão - lhes favoreciam (ABREU, 2011, p. 188).

Com a digitalização de fontes do acervo da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres, em São João do Cariri, visamos colaborar para a ampliação de pesquisas sobre o sertão, que possam mostrar as complexidades de sociedades escravistas. Nesse sentido, adiante, mostramos a potencialidade das fontes eclesíásticas.

REGISTROS PAROQUIAIS: ASSENTOS DE BATISMO, CASAMENTO E ÓBITO

Com a escola positivista, o documento é a principal e única fonte histórica indispensável que o historiador pode utilizar. Ou seja, se não há documento escrito não há história, e o documento era entendido, a princípio, principalmente, pelo texto escrito. Com o *Movimento dos Annales*, a chamada História Nova, há uma ampliação na noção no que é um documento, e esse passa a ser tudo aquilo que possa ser transmitido. Marc

Bloch (2001) afirma que seria grande ilusão imaginar que todos os problemas históricos correspondem a um tipo único de documento, especializado para esse uso. Outro historiador vinculado aos *Annales*, Jacques Le Goff, chama de *revolução documental* a valorização de fontes que permitem recuperar os vários sujeitos sociais, como os registros paroquiais. Segundo ele:

É ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o **registro paroquial que conserva para a memória todos os homens** [e mulheres]. O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os **nascimentos**, os **matrimônios** e as **mortes**, marca a entrada na história das “**massas dormentes**” e inaugura a era da documentação de massa (GOFF, 2003, p. 531). Grifos nossos.

No Brasil, os registros eclesiásticos têm sido grandemente utilizados no estudo da escravidão, pela sua riqueza de informações neles contidas, nos permitindo inúmeras possibilidades de pesquisa. Os registros paroquiais são encontrados em Igrejas. Segundo Maria Silvia Bassanezi (2013), toda a população pode ser recuperada através desses registros, sendo consideradas fontes democráticas, e a universalidade dessas fontes é algo que atrai muitos historiadores.

Os principais registros são os de casamentos, de óbito e batismo. Os historiadores demógrafos foram os que exploraram, com um maior rigor, essa documentação tanto no que se refere à abordagem como no aspecto metodológico, sendo a demografia histórica a que desencadeia grande mudança na historiografia brasileira. Dessa feita, esse trabalho permite o surgimento de inúmeras temáticas, como infância, família, morte, mulheres, dentre várias outras possibilidades.

Segundo Bassanezi (2013), a prática de registrar os sacramentos de batismo e do matrimônio já existia antes do século XVI, em diocese de países europeus. No entanto, foi no Concílio de Trento (1545-1563) que se tornou obrigatório e se padronizou o registro de batismo e casamento. Sua prática obrigatória e padronizada deu a esses registros universalidade e representatividade, sendo ao mesmo tempo uma documentação individual e coletiva.

Cada uma das práticas, fosse ela de batismo, casamento ou óbito, deveria ter um livro determinado, e as normas para os rituais e os registros constavam nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*. Deveriam constar no assento de **batismo**, dentre várias outras informações, a data da cerimônia, local onde foi

realizado, nome dos pais, dos padrinhos, filiação se era legítima ou ilegítima, em muitos casos a cor da criança, se escravizado o nome do seu proprietário, e por fim a assinatura do pároco.

No registro de **casamento** deveria conter o nome de cada cônjuge, a data do casamento, afiliação dos cônjuges, sua naturalidade, o nome das testemunhas, naturalidades, condição social, idade, no caso de escravizados, deveria conter o nome do seu proprietário e, em alguns casos sua cor, e também por último, a assinatura do pároco. Devia-se no ato da realização do registro, ressaltar qual o grau de parentesco dos cônjuges. Tanto nos registros de batismo e casamento, os quais necessitavam de padrinhos/madrinhas e/ou testemunhas, eram registrados em alguns casos, sua condição social, títulos, seu estado civil e, também, se era livre ou liberto ou escravizado.

Nos assentos de **óbito**, percebemos que eram mais simples e que as informações eram mais restritas. Registrava-se apenas o nome do morto, seu estado civil, idade, causa de morte. Da mesma forma que nos registros de batismo e casamento, se o morto era escravizado, deveria conter no seu assento de óbito o nome de seu proprietário. Em alguns casos, também poderiam constar alguns detalhes da cerimônia, como vestimentas do morto. Percebemos o quanto os registros paroquiais são ricos de informações, permitindo, dessa forma, aos historiadores a reconstituição de famílias, dentre elas, a escravizada. Por serem fontes nominativas, essas possibilitam ao historiador cruzar com outras fontes, e perceber as redes de relacionamentos sociais nas quais estavam envolvidos esses personagens históricos.

No caso de São João do Cariri, essa documentação torna-se essencial no estudo da região sertaneja, visto que a historiografia ainda é muito escassa no que diz respeito à reconstrução de processos históricos desse espaço geográfico. A documentação lança luz sobre a vida dessas pessoas, casamento, miscigenação e extensões de parentesco espiritual, tanto da população livre, pobre e rica, dos africanos escravizados, dos libertos, e de seus descendentes, das elites (políticas e econômicas) na região. Junto a isso, pode-se destacar o papel da Igreja Católica na estruturação da sociedade nos sertões brasileiros, em especial da Paraíba, possibilitando o desenvolvimento de pesquisas de mestrado como as que vêm sendo desenvolvidas pelos pesquisadores Solange Mouzinho Alves e Eduardo Queiróz Cavalcante, ambos no PPGH/UFPB, sobre as redes de sociabilidades formadas por pessoas negras de duas condições jurídicas: as escravizadas e libertas no Cariri paraibano no século XIX.

ATIVIDADES DE DIGITALIZAÇÃO: FONTES DO ACERVO DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES

Para finalizar, relatamos a rotina de trabalho para digitalizar as fontes paroquiais no acervo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, realizadas durante doze meses, nos anos de 2013 e 2014, como mencionado anteriormente.

A equipe do projeto foi composta por quatro bolsistas e duas professoras coordenadoras. Em alguns momentos, estudantes de graduação e pós-graduação atuaram de forma voluntária. Como São João do Cariri está distante do *campus* da UFPB, cerca de 216 quilômetros, realizávamos o deslocamento via rodoviária. Permanecíamos na cidade, em pousada, de cinco a sete dias, desenvolvendo o processo de digitalização dos manuscritos eclesiásticos. O trabalho era realizado na própria paróquia, com o apoio do padre e do funcionário da igreja.

Como já mencionado, utilizávamos câmera fotográfica com configurações adequadas, uma tabela de cores para que pudéssemos confirmar a veracidade das cores; uma régua, para dimensionar o tamanho do documento; um tripé para que a câmera pudesse ser fixada e apontada diretamente para o manuscrito; e um obturador de imagens, evitando que as imagens saíssem tremidas. Além da utilização de computadores portáteis e HDs externos, para o armazenamento das imagens que eram geradas a cada dia.

Além da atividade de fotografar, ao final da digitalização, também foram feitas listas de metadados, contendo informações essenciais que serão disponibilizadas juntas às imagens no acervo digital. Informações que poderão ajudar os pesquisadores, por exemplo, na seleção e delimitação de recorte temporal ou objeto de estudo. Nas listas, podemos encontrar resumos detalhados do que podemos encontrar nos documentos, as condições em que estão guardados os documentos originais, o estado/condições de manuseio em que essa documentação se encontra, data em que o documento foi escrito, por quem foi produzido, e até



Parte da equipe de digitalização em São João do Cariri. (Arquivo do Projeto EAP627). Imagem 3

mesmo data da feitura das imagens e quantidade de imagens.

Em agosto de 2014, após um ano de viagens empreendidas a São João do Cariri para realização da digitalização, o trabalho foi concluído. Como *resultado final* das atividades no arquivo da Paróquia de Nossa Senhora dos Milagres, contamos com um acervo digital de 16.606 imagens, equivalente à digitalização dos 54 livros que se encontram na Paróquia. As imagens foram armazenadas em discos externos, que serão disponibilizados posteriormente pela Universidade Vanderbilt (Estados Unidos da América). Outro resultado importante foi a criação das listas de metadados contemplando: nível (projeto, coleção, série, arquivo); nº do projeto; local do original; título (nome da coleção, série e arquivo); descrição; história custodial; sistema de arranjo; datas; formato e quantidade do original; língua do material; donos/autores; condições de acesso; e localização das cópias.

Além da criação de um arquivo digital de documentos referentes à história da Paraíba, o projeto também gerou um qualificado grupo de estudantes professores, bibliotecários e arquivistas que possuem experiência para digitalização, manuseio do equipamento para digitalizar, como também no que se refere ao uso de técnicas arquivísticas para a conservação de importantes fontes documentais. Dessa forma, essa experiência contribuiu para a formação dos futuros profissionais, sejam eles, arquivistas, bibliotecários ou historiadores, como também para impulsionar novas pesquisas sobre a temática da escravidão.

Não menos importante que o desenvolvimento de novas pesquisas, visando à preservação dessa documentação, a tecnologia digital foi apenas umas das técnicas incorporadas como um dos processos de preservação do patrimônio documental. No entanto, não podemos deixar de pensar nos cuidados, que vão dos mais simples aos mais complexos, como a higienização, a restauração, o acondicionamento e a microfilmagem, que podem ser utilizados como alternativas para o cuidado com o material documental.

Em conclusão, para se produzir a reconstituição da experiência humana, faz-se necessário, antes, viabilizar a preservação do patrimônio documental, documento (sendo um dos meios a digitalização e divulgação via *internet*), e, portanto, da memória histórica, que assegurará a história, a memória e a cultura da população brasileira, em especial da Paraíba, fundamental para a construção da identidade de um povo. Nesse sentido, vale assinalar que, conforme o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1902-

1982), “é preciso fazer falar a multidão imensa dos figurantes [até então] mudos que enchem o panorama da História....”.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Solange Mousinho. **Batismo e Compadrio: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia de Nossa Senhora das Neves, 1851-1860.** João Pessoa, Monografia, UFPB, 2011.
- ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **Senhores e escravos do sertão: espacialidades de poder, violência e resistência 1850-1888.** Dissertação (Mestrado). Campina Grande PPGH/UFCG. 2011.
- ALMEIDA, Horácio de. **História da Paraíba.** João Pessoa: Universitária/UFPB, 1994[1966]. Volume I.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamim, 1886-1944. **Apologia da História, ou, o ofício de historiador.** Tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BASSANEZI, Maria Silvia. Registros paroquiais e civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013, p.141-172.
- BRASIL. Lei N° 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acessado em 19/11/2014. Acesso em 19/11/2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ. Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes - 2010. http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/publicacoes/recomenda/recomendaes_para_digitalizao.pdf. Acesso em 19/11/2014.
- GALLIZA, Diana Soares de. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888.** João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 1979.
- JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba.** Brasília: Thesaurus, 1977 [1892].
- KARNAL, Leandro; TATCH, Flávia G. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2013, p.9-27.
- LE GOFF, Jacques, 1924. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão [et.al.]-5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”:** uma história social da escravidão em Campina Grande. Recife. Tese (Doutorado) PPGH/UFPE, 2008.
- LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Liberdade Interditada, Liberdade Reavida:** escravos e libertos na Paraíba escravista (Século XIX). Recife, Tese (Doutorado), PPGH/UFPE, 2010.
- MORAES, Ana Paula da Cruz Pereira de. **Em busca da Liberdade:** Os escravos no sertão do Rio Piranhas, 1700-1750. Dissertação (Mestrado). Campina Grande, PPGH/UFCG, 2011.
- ROCHA, Solange Pereira da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista:** população, família e parentesco espiritual. São Paulo: UNESP, 2009.
- SAMARA, Eni Mesquita. **História e Documento e metodologia de pesquisa.** Eni de Mesquita Samara e Ismênia Spínola Truzzi Tupy. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- WATERS, Donald J. **Do microfilme à imagem:** como executar um projeto para estudos dos meios e benefício de conservação para imagens digitais de grandes quantidades de documentos preservados em microfilme. 2. ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 2001.